

NIS 2 / SRI 2

O IMPACTO NO ENSINO SUPERIOR

Nuno Pires

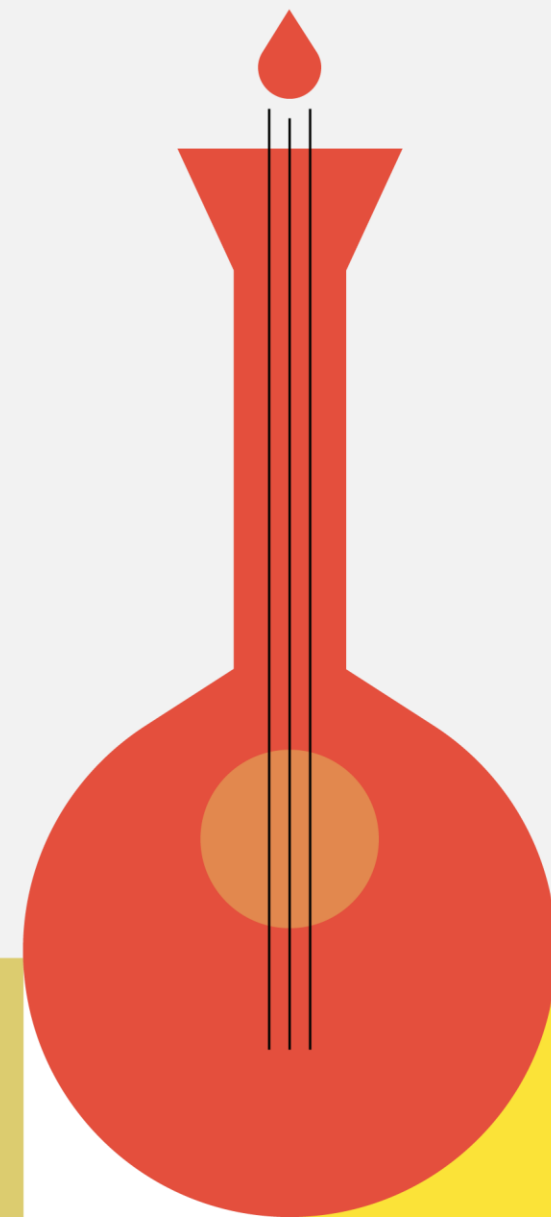
npires@sp.ipl.pt



| What stands for...? |

NIS 2 – Network Information S...

SRI 2 – S... das Redes e da Informação



| What stands for...? |

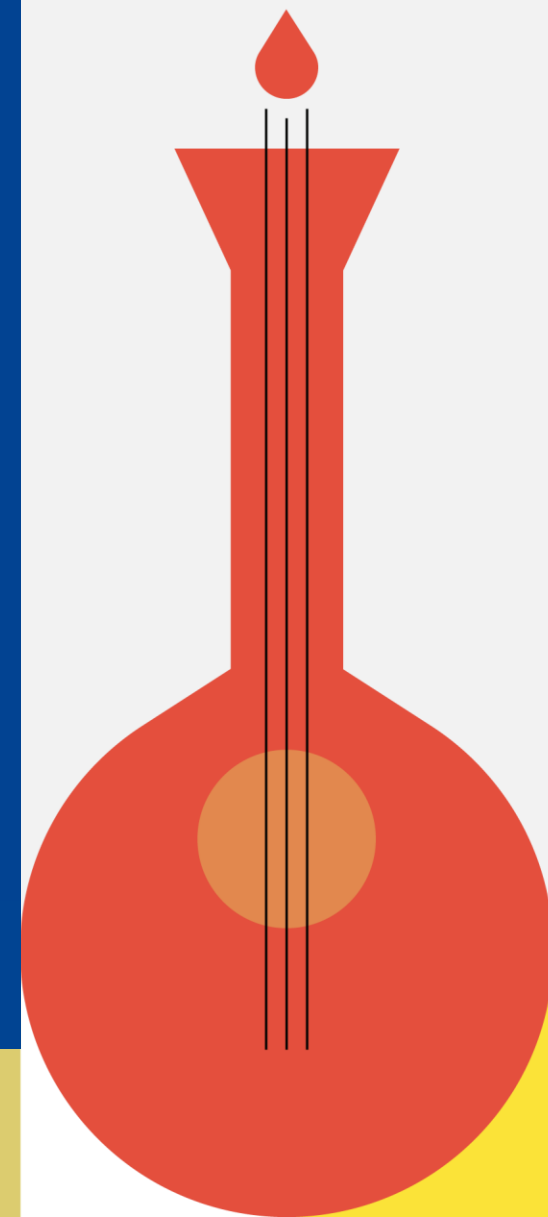
NIS 2 – Network Information Systems

- measures for a high common level of security of network and information systems across the Union.

SRI 2 – Segurança das Redes e da Informação

- medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União.





| And what about NIS History |

Medidas destinadas a alcançar um elevado nível comum de segurança das redes e dos sistemas de informação na União.

2016

Diretiva (UE) 2016/1148 do Parlamento Europeu e do Conselho de 6 de julho de 2016
(Diretiva NIS)

Regulamento de execução (EU) 2018/151, da Comissão

2018

Estabelece normas de execução da Diretiva SRI

Estabelece o Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço, transpondo para o Ordenamento Jurídico português a Diretiva SRI

Lei n.º 46/2018, de 13 de Agosto
(RJSC)

Decreto-Lei n.º 65/2021 de 30 de julho

2021

Regulamenta o Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço, definindo os requisitos de segurança e as regras para a notificação de incidentes.

Regulamento que configura uma Instrução Técnica complementar ao Decreto-Lei n.º 65/2021, relativa a comunicações entre as entidades e o CNCS

2022

Regulamento n.º 183/2022, de 21 de Fevereiro, do GNS

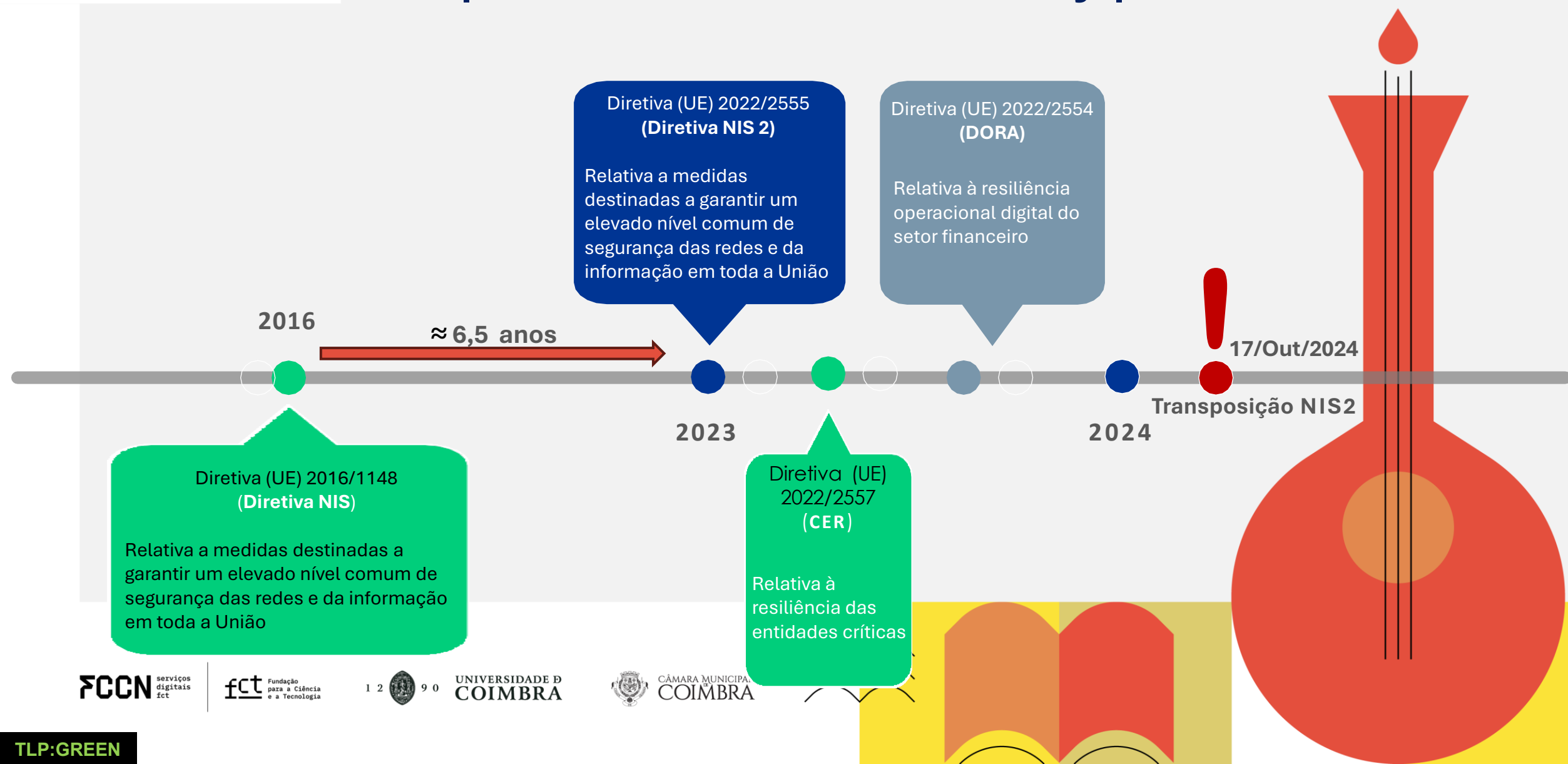
Relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União

2023

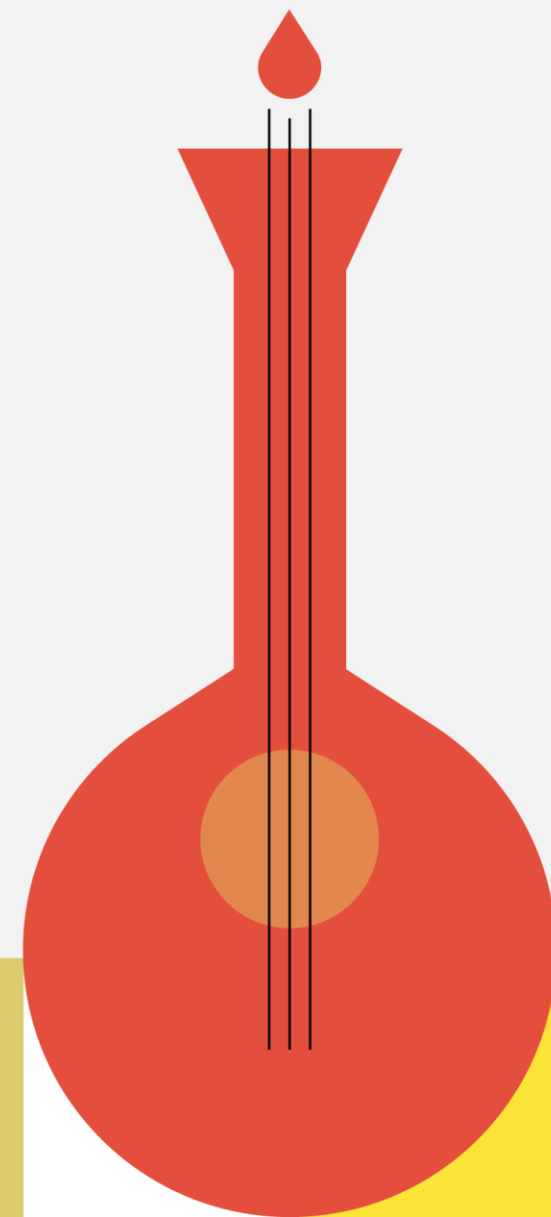
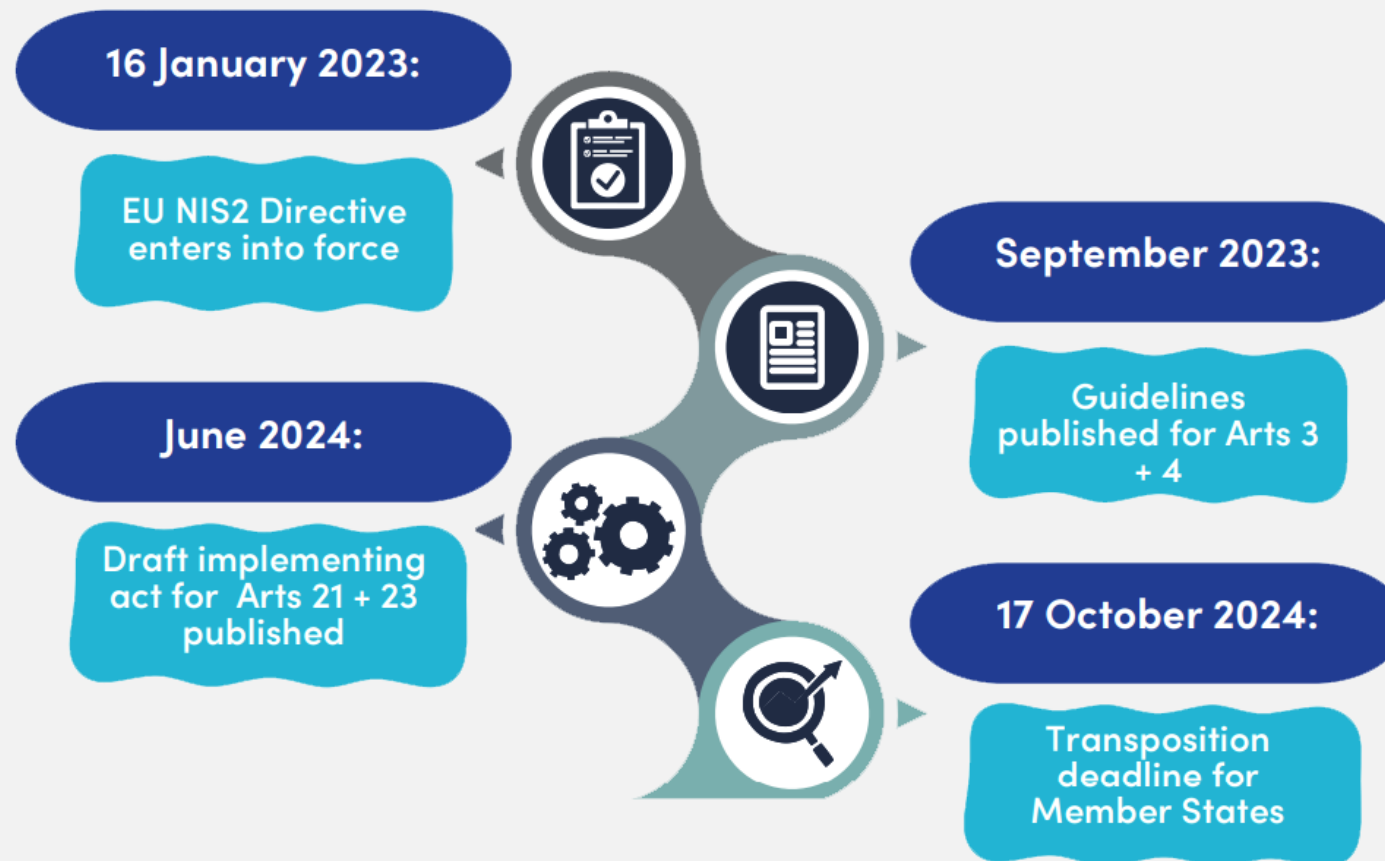
Diretiva (UE) 2022/2555 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 dezembro 2022
(Diretiva NIS2)



| And what about NIS History |



| And what about NIS History |



| EU Countries |

Status of transposition of the NIS 2 Directive

PRESS RELEASE | Publication 28 November 2024

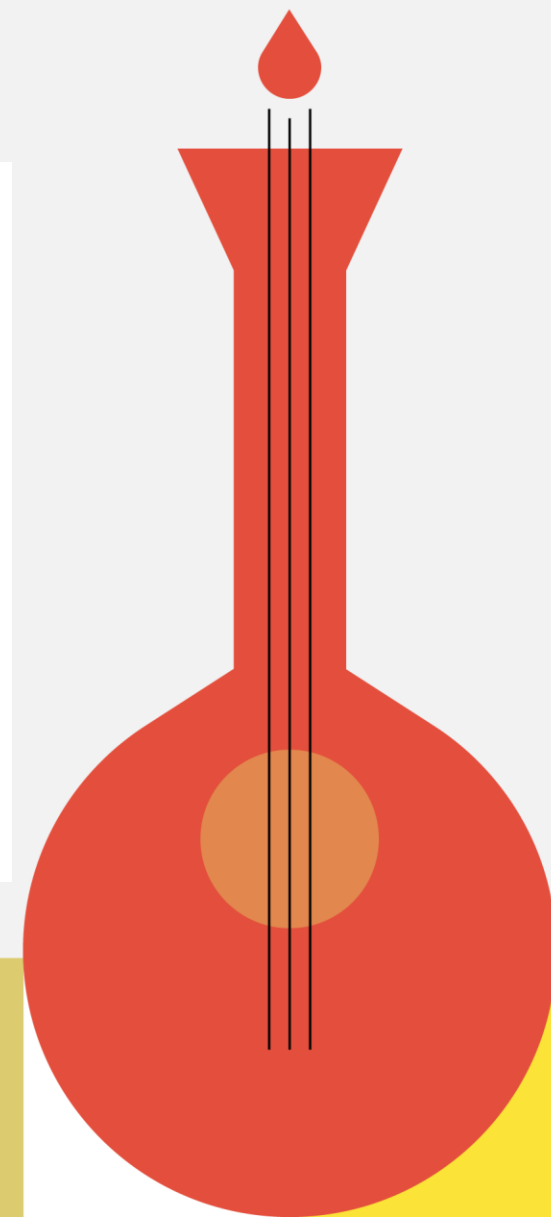
The Commission calls on 23 Member States to fully transpose the NIS2 Directive

The European Commission decided to open infringement procedures by sending a letter of formal notice to 23 Member States (Bulgaria, Czechia, Denmark, Germany, Estonia, Ireland, Greece, Spain, France, Cyprus, Latvia, Luxembourg, Hungary, Malta, Netherlands, Austria, Poland, Portugal, Romania, Slovenia, Slovakia, Finland and Sweden) for failing to fully transpose the NIS2 Directive (Directive 2022/2555).

Member States had to transpose the NIS2 Directive into national law by 17 October 2024. The NIS2 Directive aims to ensure a high level of cybersecurity across the EU. It covers entities operating in critical sectors such as public electronic communications services, ICT service management, digital services, wastewater and waste management, space, health, energy, transport, manufacturing of critical products, postal and courier services, and public administration.



Gettyimages © solarseven



| EU Countries |

Status of transposition of the NIS 2 Directive

7 / 27 ~ 25%



[Austria](#)



[Italy](#)



[Estonia](#)



[Portugal](#)



[Denmark](#)



[Sweden](#)



[Spain](#)



[Belgium](#)



[Latvia](#)



[Finland](#)



[Romania](#)



[Poland](#)



[Hungary](#)



[Malta](#)



[Bulgaria](#)



[Lithuania](#)



[France](#)



[Slovakia](#)



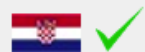
[Ireland](#)



[Netherlands](#)



[Greece](#)



[Croatia](#)



[Luxembourg](#)



[Germany](#)



[Slovenia](#)



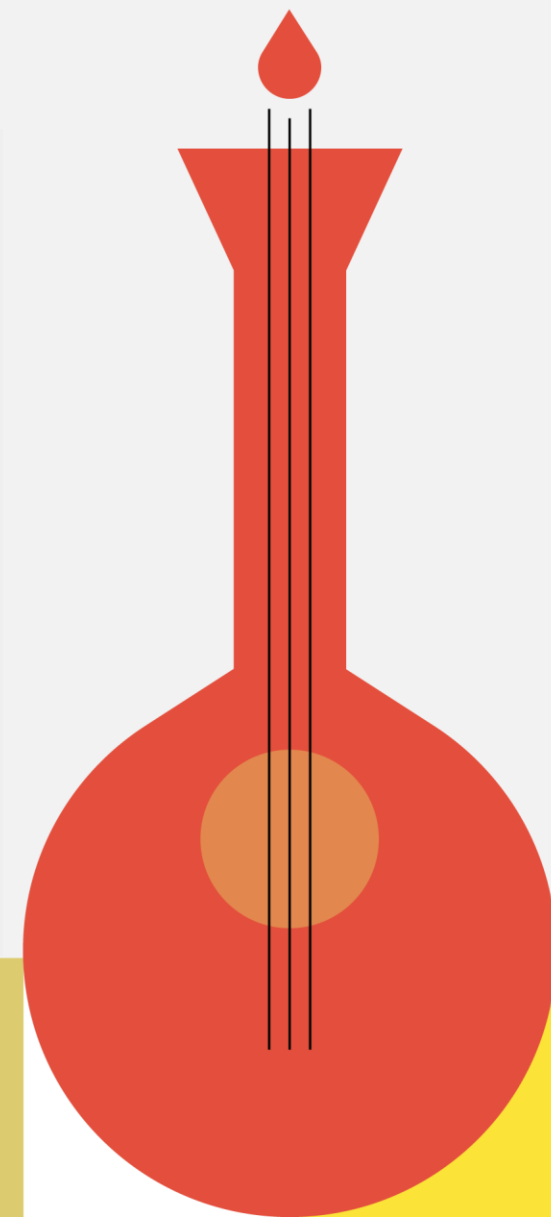
[Cyprus](#)



[Czech Republic](#)

Last update:
4 March 2025

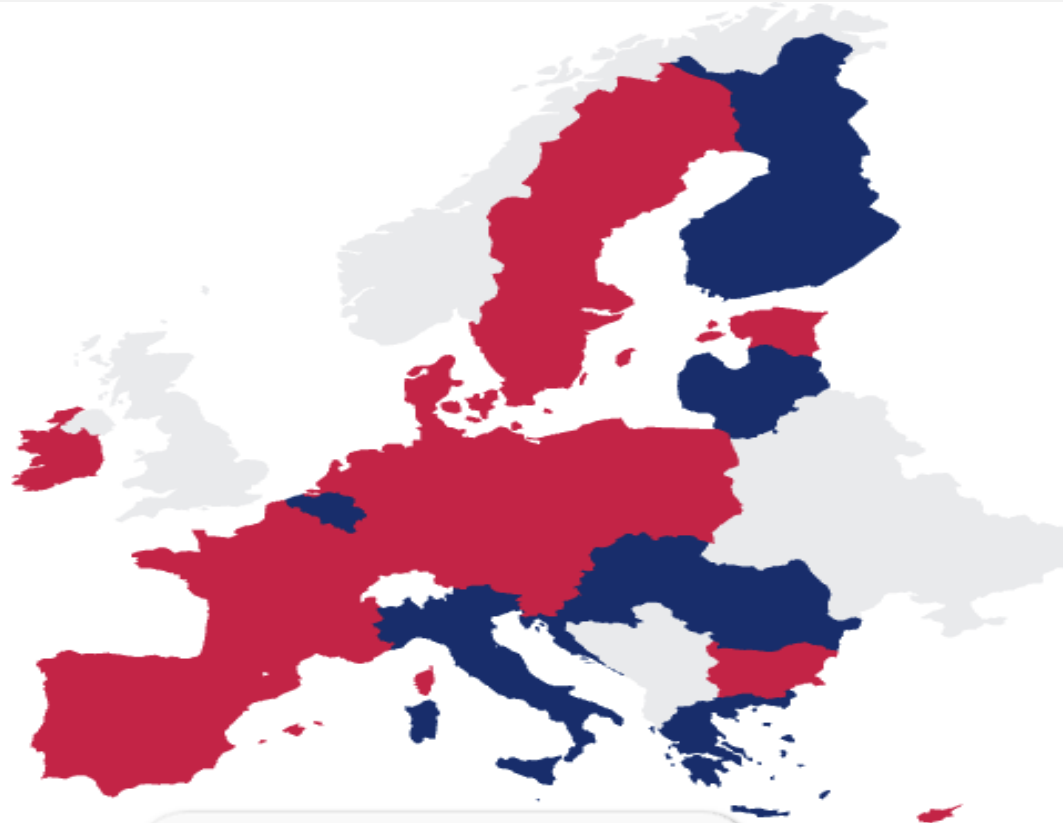
<https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/nis-transposition>



| EU Countries |

Status of transposition of the NIS 2 Directive

■ Transposed ■ Draft Law



Last update: 29 April 2025
Next expected update: 30 May 2025

<https://ecs-org.eu/activities/nis2-directive-transposition-tracker/>

| NIS 1 → NIS 2 |

Fim das categorias da NIS 1

Operadores de serviços essenciais

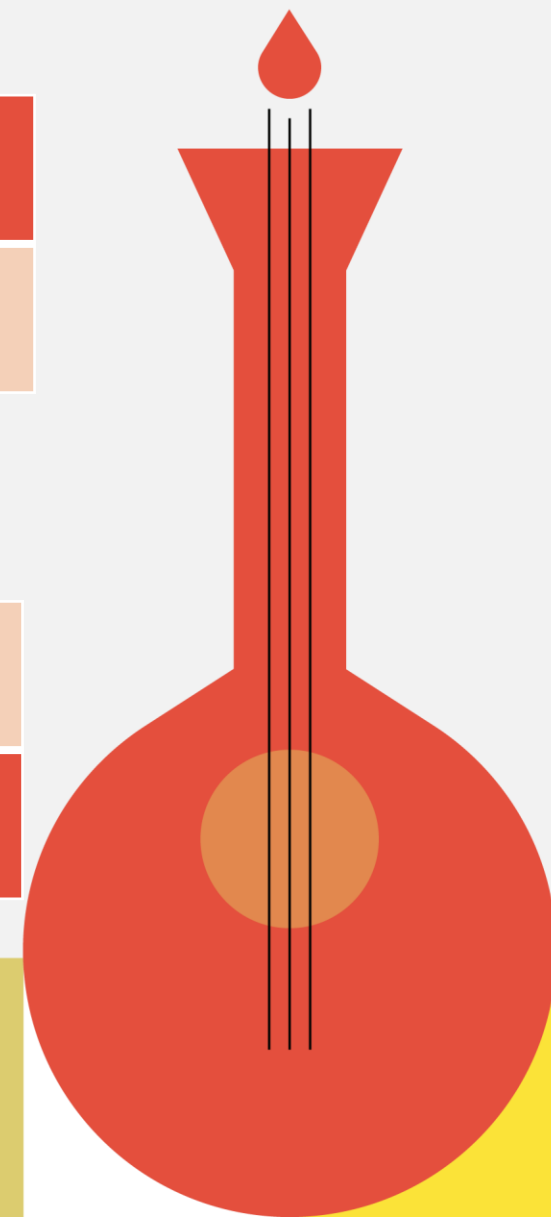
Prestadores de serviços digitais



Entidades Essenciais

Entidades Importantes

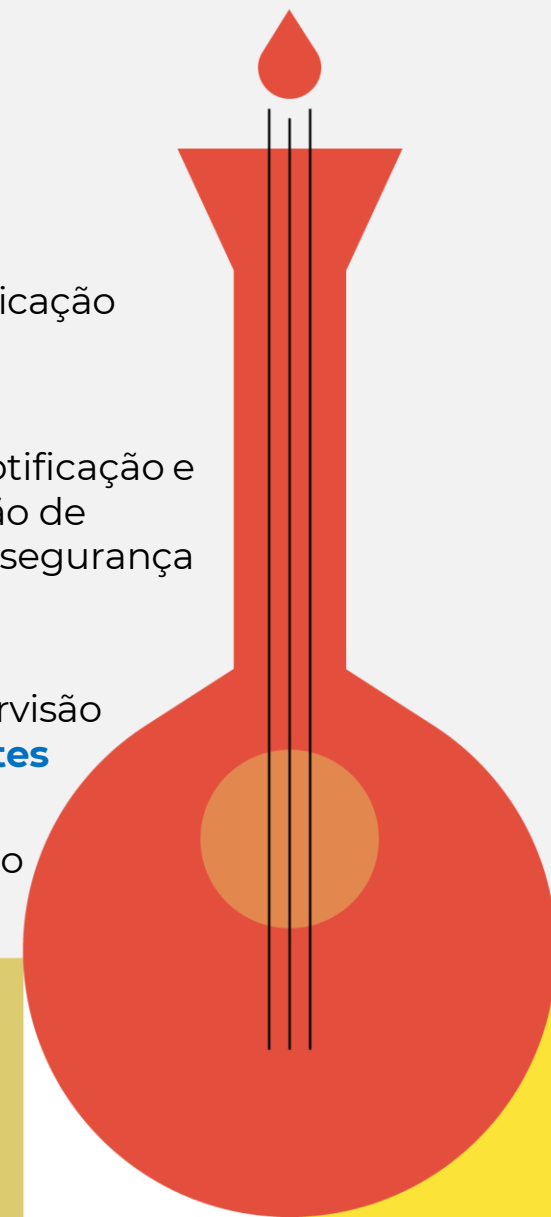
Novas categorias da NIS 2



| NIS 1 → NIS 2 |

Obligations

Entidades Essenciais	Entidades Importantes	
Entidades Publicas ou Privadas (Grandes empresas) que prestam serviços previstos no Anexo I + outras independentemente do tamanho (condições particulares)	Todas as outras , nomeadamente as empresas de média dimensão que prestam serviços previstos nos Anexos I e II	→ Critérios de qualificação
Notificações obrigatórias em caso de incidente		} Obrigações de notificação e de implementação de medidas de cibersegurança semelhantes
Medidas de cibersegurança adaptadas e proporcionais aos riscos, dimensão, probabilidade e gravidade dos incidentes		
Supervisão ex ante & ex post de forma regular	Supervisão ex post	} Quadros de supervisão e sanção diferentes
Coimas até 10 milhões euros ou 2% do volume de negócios	Coimas até 7 milhõesde euros ou 1,4% do volume de negócios	
Responsabilidade dos órgãos de direção das entidades em caso de incumprimento		→ Responsabilização igual

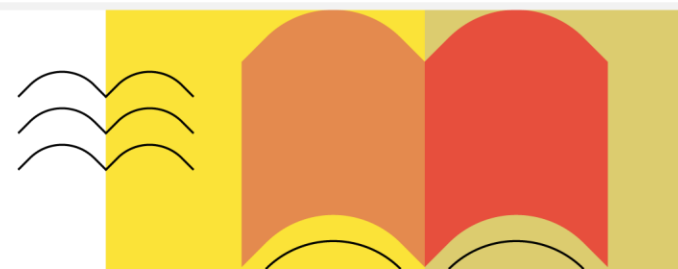
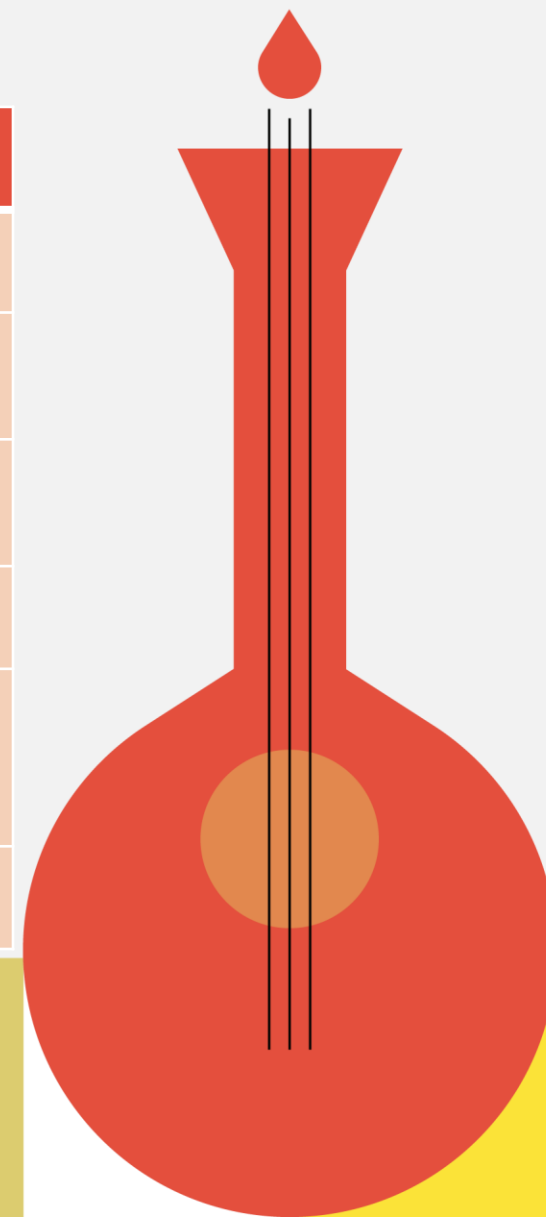


| NIS 1 → NIS 2 |

Supervision



Entidades Essenciais	Entidades Importantes
<i>Supervisão Ex Ante & Ex Post</i>	<i>Supervisão Ex Post</i>
Inspeções no local e supervisão remota, incluindo controlos aleatórios	Inspeções no local e supervisão <i>ex post</i> remota
Auditorias de segurança regulares e específicas	Auditorias de segurança específicas
Verificações de segurança	Verificações de segurança
Pedidos de informações necessárias para avaliar as medidas de gestão dos riscos de cibersegurança	Pedidos de informações necessárias para avaliar <i>ex post</i> as medidas de gestão dos riscos de cibersegurança
Auditorias ad hoc	

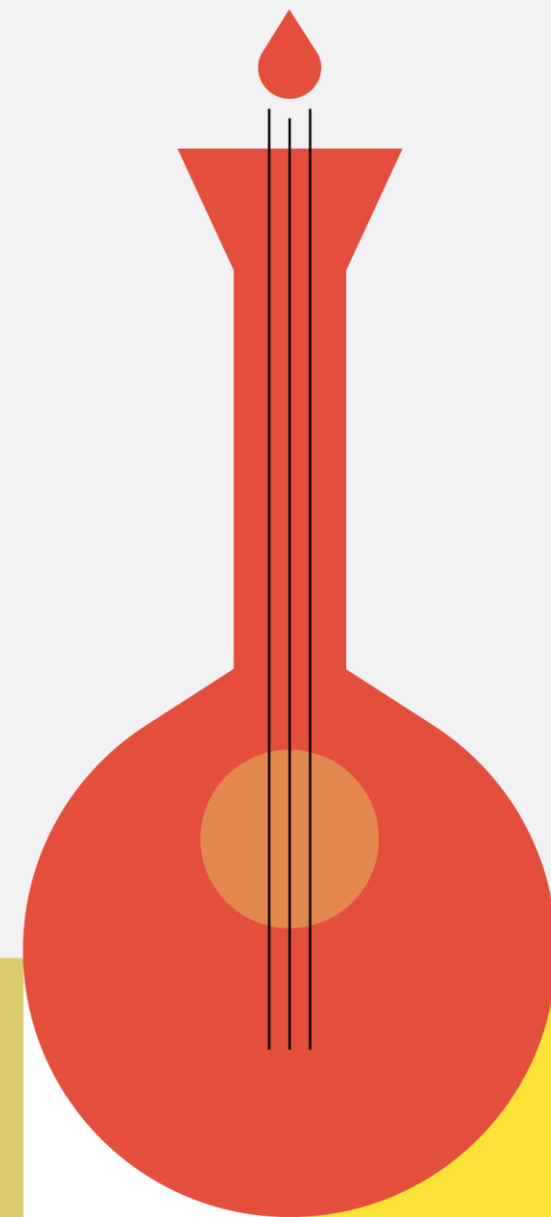


| NIS 1 → NIS 2 |

Governance

Artigo 20.º - Governação

1. Os Estados-Membros devem assegurar que os **órgãos de direção** das entidades essenciais e importantes **aprovam as medidas de gestão dos riscos** de cibersegurança tomadas por essas entidades em cumprimento do disposto no artigo 21.º, **supervisionam a sua aplicação** e podem **ser responsabilizados por infrações cometidas** pelas entidades referidas nesse artigo.

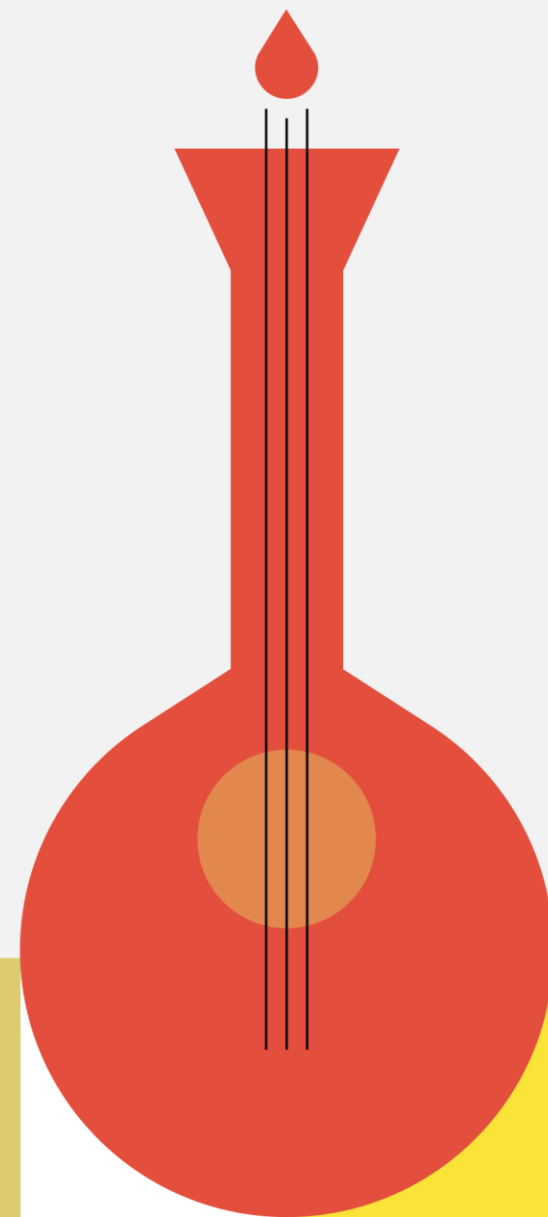


| NIS 1 → NIS 2 |

Governance

Artigo 20.º - Governação

2. Compete igualmente aos Estados-Membros garantir que os **membros do órgão de direção** das entidades essenciais e importantes **sejam obrigados a frequentar ações de formação** e incentivar as entidades essenciais e importantes a oferecer regularmente ações de formação semelhantes aos seus trabalhadores, a fim de adquirirem conhecimentos e competências suficientes para identificarem e avaliarem as práticas de gestão dos riscos de cibersegurança, bem como o seu impacto nos serviços prestados pela entidade.

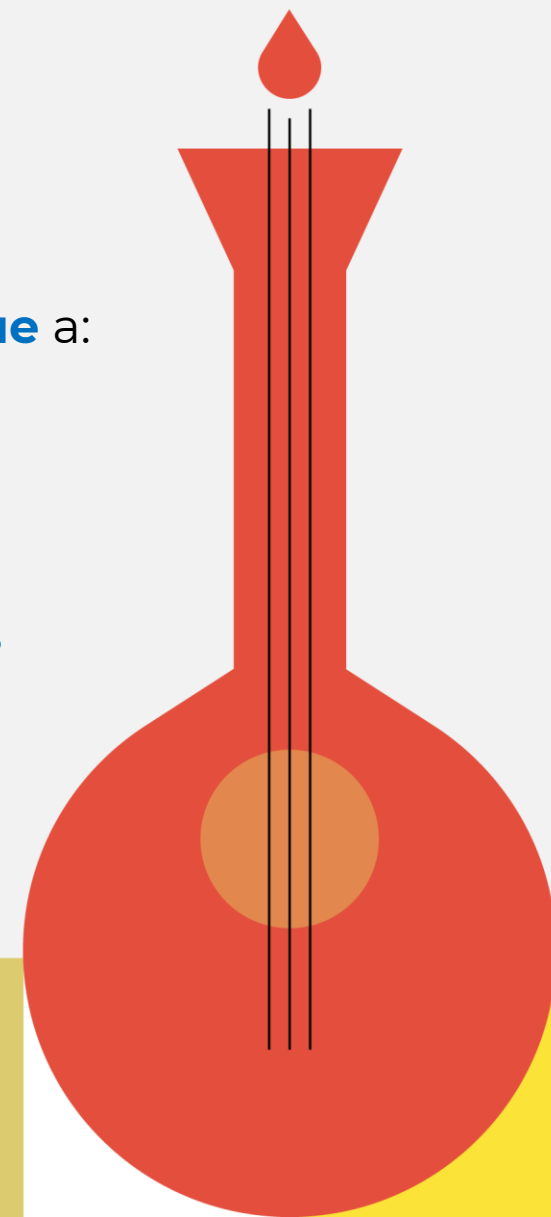


| NIS 2 @ Education Institutions |

NIS 2 Directive

Artigo 2.º - Âmbito de aplicação

5. Os Estados-Membros **podem prever** que a presente diretiva **se aplique** a:
- a) Entidades da administração pública a nível local;
 - b) Instituições de ensino, em especial quando realizam atividades críticas no domínio da investigação.**



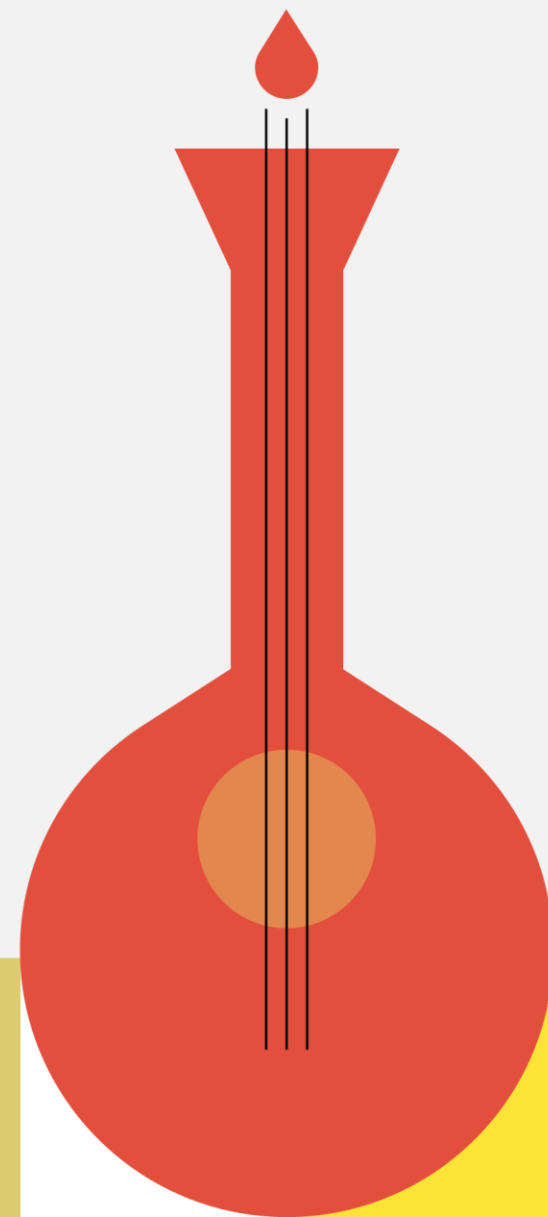
NIS 2 Directive

Ou seja ...



Há data de hoje não sabemos se a NIS 2
será aplicada às IES *

* Excepto aquelas que tenham sido identificadas como operador de serviços essenciais pelo CNCS.

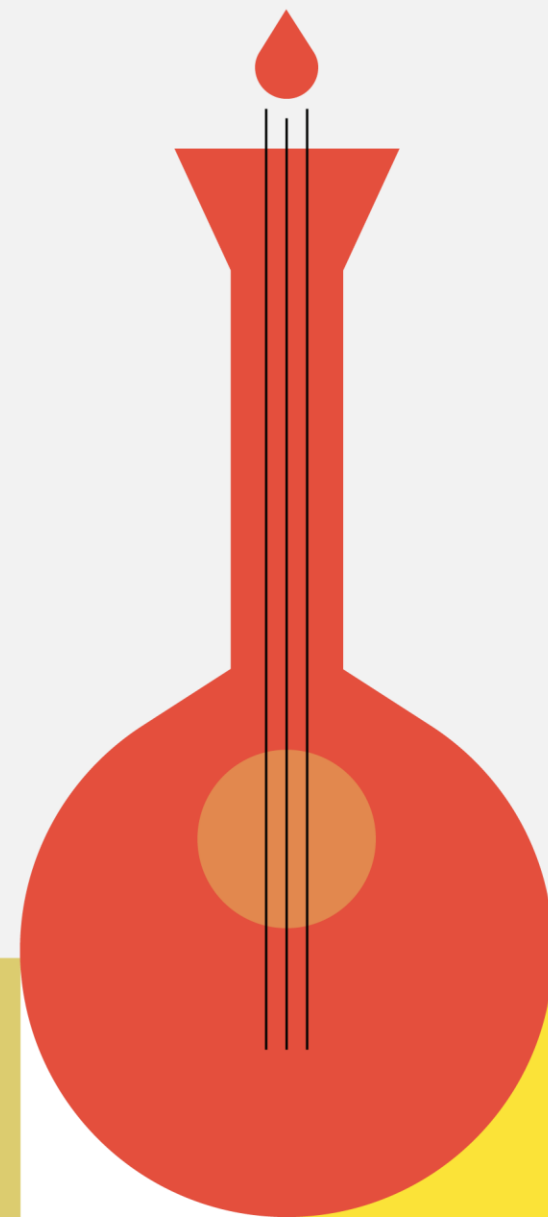


What we know...

Considerando a Proposta de Lei n.º 50 / XVI / 1.ª

Prevê-se **que se aplique às instituições de ensino superior.** *

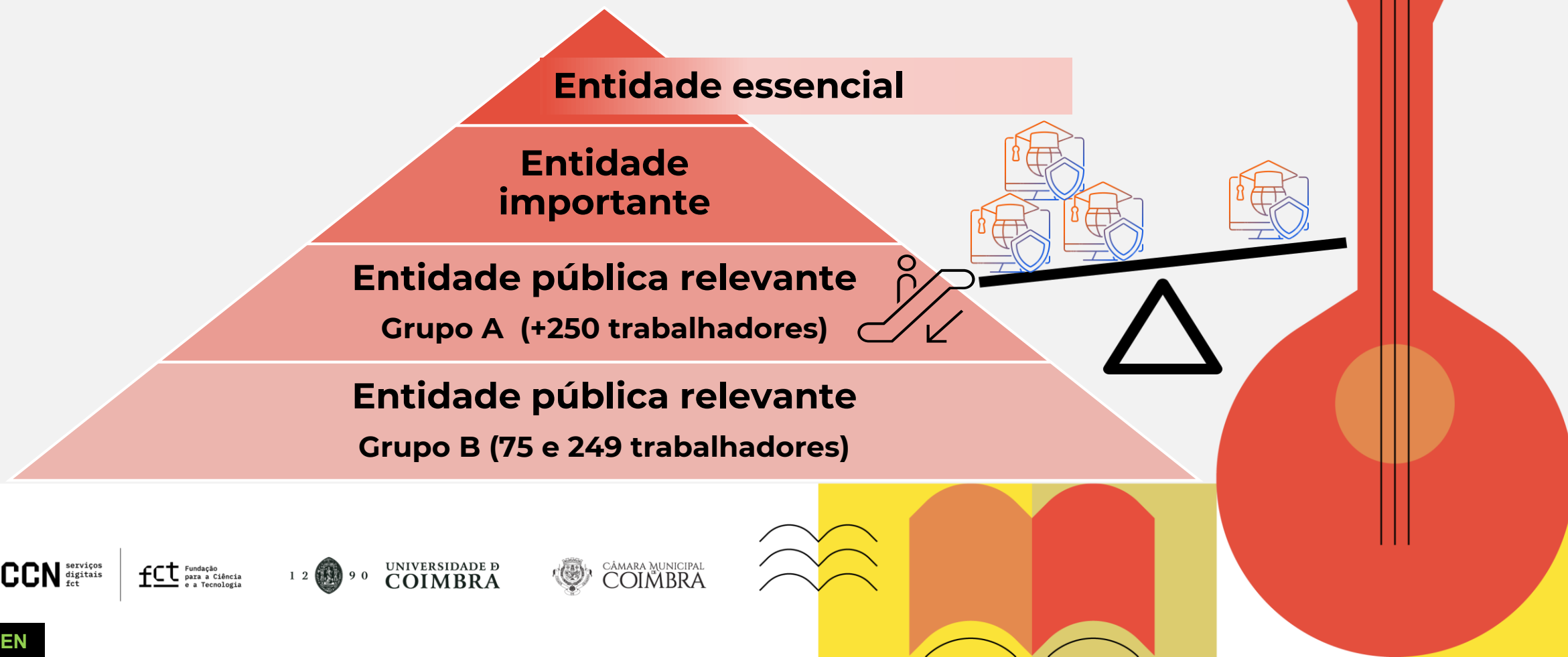
* n.º 6 do art.º 3.º da proposta de lei.



| NIS 2 @ Education Institutions |

What we know...

Considerando a Proposta de Lei n.º 50 / XVI / 1.ª



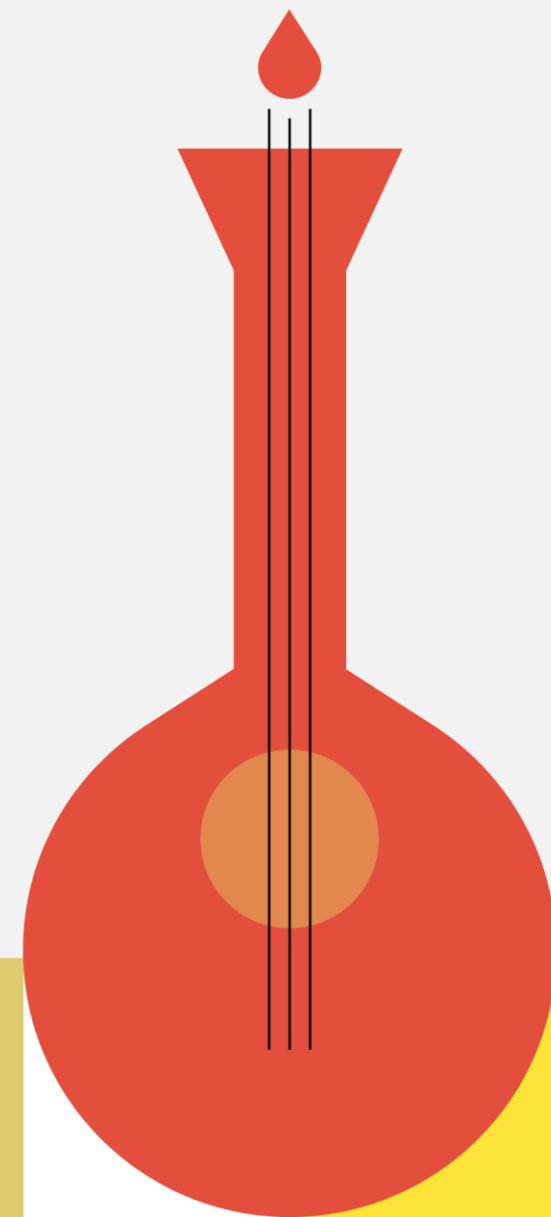
What we know...

Considerando a Proposta de Lei n.º 50 / XVI / 1.ª

Procedimento de qualificação de entidades

As entidades **identificam-se em plataforma eletrónica** disponibilizada
pelo CNCS

* art.º 8.º da proposta de lei.



| NIS 2 @ Education Institutions |

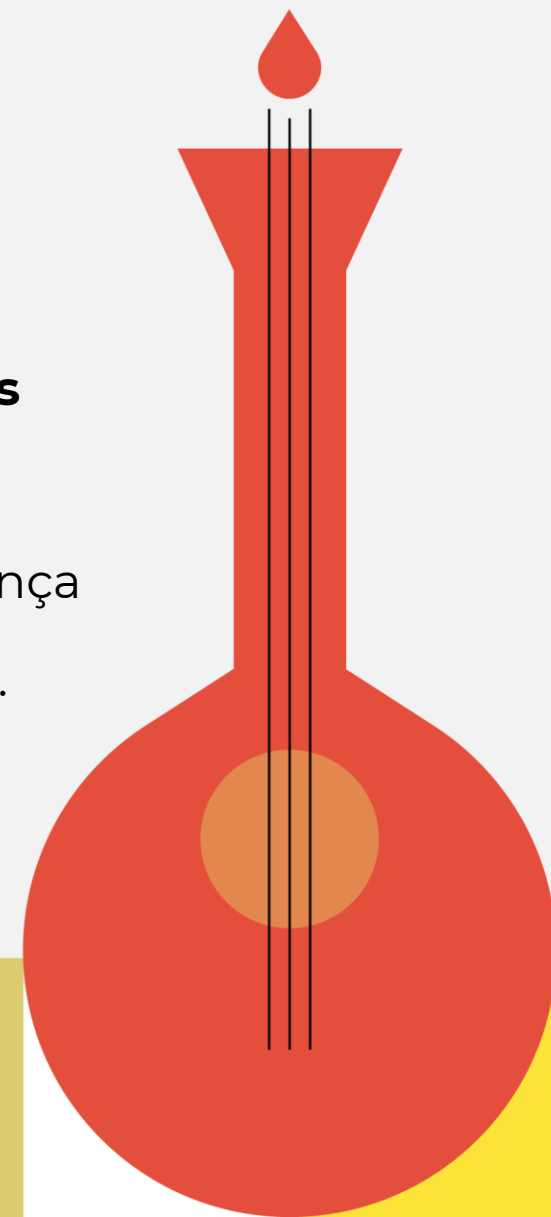
What we know...

Considerando a Proposta de Lei n.º 50 / XVI / 1.ª

Medidas de Cibersegurança aplicáveis às entidades públicas relevantes

O CNCS estabelece, **através de regulamento**, as medidas de cibersegurança que devem ser cumpridas por parte das entidades públicas relevantes.

* n.º 2 do art.º 33.º da proposta de lei.

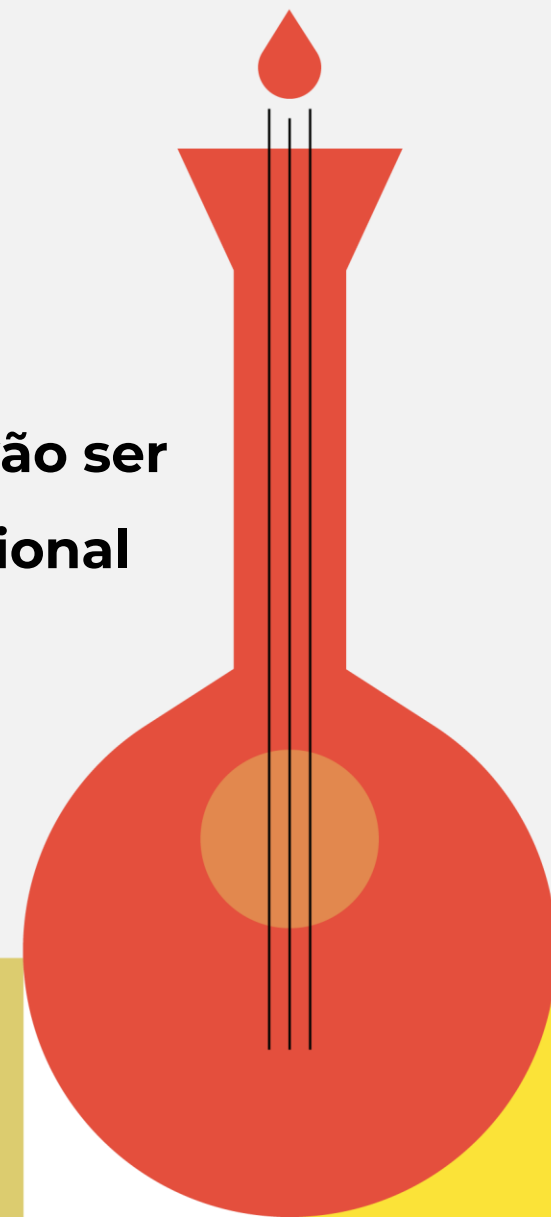


| Deadline to compliance |



Os prazos de conformidade para as entidades vão ser definidos no diploma legal de transposição nacional

Fonte: CNCS



Obrigado!

jornadas.fccn.pt

fccn.pt

Nuno Pires

npires@sp.ipl.pt

